



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil  
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013  
ISSN 1982-3657



## FORMAÇÃO DOCENTE NOS CURSOS DE LETRAS: O PROJETO PEDAGÓGICO E O GOVERNO DE SI

José Marcos de França<sup>1</sup>;

### Eixo Temático: Ensino Superior no Brasil

A. : Neste artigo, temos por objetivo discutir a formação docente no curso de Letras-português licenciatura a partir da análise de alguns projetos pedagógicos (PPs) de Universidades públicas. Nossa discussão é no sentido de mostrar que nos referidos PPs, por força das orientações das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, há uma tendência, estabelecida pelos jogos de verdade que o momento histórico-ideológico impõe, para que o profissional das letras seja um professor-pesquisador e que cuide de sua formação profissional buscando estar sempre em contínuo processo de formação. Nesse sentido, percebemos que se quer induzir o sujeito-professor àquilo que Foucault denominou de governo de si, ou seja, cuidar melhor de si, como profissional, para cuidar melhor dos outros, os sujeitos-alunos.

- : Formação Docente; Projeto Pedagógico; Governo de Si.

A. : En este artículo, nos proponemos analizar la formación de docentes de curso Portugués letras graduación a partir del análisis de algunos proyectos pedagógicos (PPs) de las universidades públicas. Nuestra discusión es con el fin de demostrar que el PPs se ha mencionado, bajo la guía de los Directrices Curriculares para los Cursos de Letras, hay una tendencia establecida por los juegos de verdad que impone el momento histórico-ideológico, por lo que las letras son un profesional profesor-investigador y cuidar de su formación siempre está buscando proceso de formación continua. En consecuencia, nos encontramos con que, o bien inducir sujeto-docente a lo que Foucault llama el gobierno de si, o tomar un mejor cuidado de sí mismos, como profesional, para tener un mejor cuidado de los demás, las pupilas del sujeto.

**Palabras clave:** Formación de docente; Proyecto Pedagógico; Gobierno de Si.

Neste texto, discutiremos sobre a formação docente em Letras, para isso, faremos uma abordagem de alguns PP de algumas IES públicas com o propósito de compará-los com o PP da UFS. Nosso propósito é averiguar quais as orientações contidas nesses documentos para formar sujeitos-professores que atendam

aos anseios do perfil profissional desejado para o professor de língua materna que dominem teorias e metodologias didático-pedagógicas capazes de mudar a “cara” do ensino de Língua Portuguesa.

Entre essas orientações, além de questões teóricas subjacentes ao texto e às disciplinas elencadas na grade curricular, supomos que hajam pelo menos duas que viraram lugar-comum nos discursos acadêmicos sobre a formação do professor (não só de Português, claro): 1) tem que ser um professor-pesquisador; 2) tem que ter um cuidado com a própria formação, por isso, tem que estar em contínuo processo de formação, procurar estar sempre atualizado com o “novo” de sua área. Veremos se nossas hipóteses se confirmam com a leitura e análise dos PP dos cursos de Letras das IES públicas.

Selecionamos quatro PPs das seguintes Universidades:

1. UFMG[1] – Universidade Federal de Minas Gerais
2. Unicamp – Universidade de Campinas
3. UFPB – Universidade Federal da Paraíba
4. UFS – Universidade Federal de Sergipe

O nosso trabalho, num primeiro momento, faz uma rápida apreciação das leis que regem os cursos de Letras no Ensino Superior, como o Parecer 492/2001 CNE/CES e a Resolução 18/2002 CNE/CES; num segundo momento, discute, a partir de análises dos PPs das IES anteriormente elencadas, a tendência do momento histórico-ideológico em perseguir uma formação que prepare o profissional das letras para ser um professor-pesquisador, autônomo e que esteja sempre em busca de atualização do conhecimento, ou seja, a chamada formação continuada.

## **1 As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letras**

O Parecer 492/2001 CNE/CES aprova as *Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letras*, o qual é estabelecido pela Resolução 18/2002 CNE/CES, promove um processo de reformulação, por força de lei, nos currículos dos cursos de Letras-português licenciatura das Universidades para se adequarem ao que determinam essas Diretrizes. Sendo assim, já há um direcionamento, uma “orientação”, do que deve conter o PP, ou seja, já há, de certa forma, um posicionamento político-ideológico da estrutura do PP ao qual os sujeitos que o elaborarem não poderão fugir.

O Art. 1º da Resolução diz que “As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.” Ou seja, todo e qualquer projeto pedagógico de curso de Letras deve seguir as seguintes orientações contidas em seu Art. 2º:

O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;

e) as formas de avaliação.

Vemos que o texto da Lei já determina e define o que o PP do curso de Letras deve seguir como orientação, contudo, tais orientações não são facultativas, como possam parecer num primeiro momento, provocado pelo efeito de sentido da palavra "orientações". Tanto o é que em todos os PPs, por nós consultados, constam, em seus preâmbulos, citados o Parecer e a Resolução, o que demonstra, de fato, que essas duas leis norteiam as diretrizes dos PP de Letras. Os pontos principais nos quais se devem estruturar o PP, são elencados no texto, como:

- o perfil dos formandos;
- as competências gerais e habilidades específicas;
- os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional;
- a estruturação do curso;
- as formas de avaliação.

Isso quer dizer que obrigatoriamente o PP do curso de Letras deve apresentar essa estrutura, ou seja, deve conter esses pontos

Assim se posiciona o texto das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letras:

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Podemos perceber no texto da Lei que já há um direcionamento para que a formação se dê de tal forma que o profissional atenda às necessidades do mercado de trabalho e que seja um sujeito do seu tempo, atualizado com as exigências desse mercado, por isso, o curso deve criar "[...] oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional".

É possível perceber ainda a ênfase dada à questão da "autonomia" quando diz que é para se dar "[...] prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno", ou seja, é preciso formar, no decorrer do processo de formação, primando pela autonomia do aluno. As práticas pedagógicas devem proporcionar o desenvolvimento de alunos autônomos, que possam buscar por si sós os meios necessários para uma melhor formação acadêmica e profissional.

Nessa mesma linha de pensamento, o texto aponta para a necessidade dos cursos de graduação promoverem "[...] articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação". Isso, de certa forma corrobora a nossa hipótese de que uma das fortes tendências desse momento histórico-ideológico em torno da formação docente em nível de graduação é formar um

sujeito-professor pesquisador. Acreditamos que essa “cobrança” nos cursos de graduação hoje, mais do que nunca, esteja mais presente porque o momento histórico, os jogos e a vontade de verdade e as relações de saber-poder em torno das formações em licenciatura (cursos que preparam o sujeito de ensino) assim o determinam: um discurso direcionado ao governo de si.

## **2 Professor-pesquisador, Formação Continuada e Governo de Si**

Em Foucault, a relação *saber-poder* é indissociada, ou seja, não há poder sem saber e o saber emana um determinado poder. Em torno dessa relação é que sua obra se fundamenta em busca da compreensão do *sujeito* e da *verdade* no presente, o que remete à ontologia do ser-consigo, do cuidado de si, o que implica a relação do sujeito *com* a verdade para consigo e para com os outros. Neste texto, portanto, nossa discussão se limitará às relações do saber-poder/sujeito/verdade e governamentalidade, ou governo de si, como uma técnica de se autogovernar, de cuidar de si para cuidar dos outros. E isso passaria pelo sujeito que, de posse de um saber-poder, busca a verdade para cuidar de si e dos outros. Ou seja, só se é verdadeiro com os outros quando se é consigo mesmo, assim, o poder exercido sobre os outros será exercido com sabedoria, pois seguiria o princípio de que aquilo que não se quer para si não se deve desejar para o outro.

A nossa discussão, especificamente, se dá no sentido de mostrar como essas relações estão presentes, subjacentes, ao discurso constitutivo do texto do Projeto Pedagógico (PP) do curso Letras-português da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Um curso de licenciatura tem como princípio, como quaisquer outros cursos superiores dessa modalidade, formar professores para o exercício do magistério. Nesse âmbito, as relações de saber-poder e a imputação de verdades são óbvias entre professor e alunos, visto que só se ensina aquilo que se acredita ser verdadeiro. Nesse sentido, certamente, um PP deve estabelecer as verdades que

Além de discutir essas relações, defenderemos a tese de que, tendo como pano de fundo as verdades da formação discursiva do discurso da Linguística, enquanto discurso da ciência, portanto um saber científico institucionalizado, há um discurso no sentido de formar sujeitos de ensino de língua materna que seja autônomo e pesquisador, ao tempo que deve buscar sempre a formação continuada, o que aponta para uma governamentalidade desse sujeito, ou seja, pelo viés daquilo que Foucault chama de governo de si, como práticas do cuidado de si e dos outros. Em outros termos, defendemos a tese de que no texto do PP do curso Letras-português da UFS há um discurso em sua fundamentação filosófico-ideológica que aponta para a formação do egresso do curso com plenas condições de rever o processo de ensino-aprendizagem da língua materna à luz das ciências da linguagem em contraponto ao ensino tradicional normativo-gramatical, porém sem excluí-lo de todo.

Ou seja, pretende-se formar um sujeito-professor “consciente” de que o ensino de língua materna vai além do ensino de regras da gramática normativa e, por isso, ele precisa “cuidar” de sua formação após egresso do curso, está atualizado com os estudos linguísticos e com as várias linguagens que permeiam a sociedade na qual está inserido. Esses apontamentos para diretrizes pretendidas aos egressos do curso são no sentido de “conscientizar” o futuro sujeito-professor de língua materna de que ele precisará estar sempre atualizado, que seja um professor-pesquisador, com autonomia para pensar em sua formação continuada. Em síntese, ao pensar em cuidar de sua formação, no sentido de melhorar a sua atuação profissional na prática docente, ou seja, cuidando de si como profissional (sujeito de ensino) estará cuidando dos outros enquanto alunos (sujeitos de aprendizagem). Em outras palavras, o que se quer/pretende é formar novos sujeitos de ensino de língua materna.

Em Foucault, segundo Candiotti (2010a), a governamentalidade como governo de si deve ser compreendida como um dispositivo disciplinar que se encarrega de controlar mentes, aspirações e desejos ao tempo em que os cria e os molda. É nesse sentido que aqui discutimos a fundamentação filosófico-ideológica do PP: a imputação aos discentes de que eles devem estar atualizados com os

discursos das ciências da linguagem, portanto, aceitando as verdades da Linguística e, conseqüentemente, os seus saberes. O discurso do PP vai na trilha dos jogos de verdade da formação discursiva da Linguística como contraponto, ou um contradiscurso, aos discursos da formação discursiva da gramática normativa/tradicional. Aquela se colocando na posição de um saber científico emanado da academia, portanto, institucionalizado e legítimo, como o defende Foucault. Dentro do contexto do referido PP, pretende-se disciplinar o corpo discente no sentido de aceitar as verdades da linguística.

Analisaremos, assim, nos textos do Projetos Pedagógicos dos cursos Letras-português, das Universidades , os objetivos que se pretende alcançar, o perfil do egresso que quer formar e as competências e habilidades que se quer atingir no decorrer do curso.

### **3 Os PPs e o Sujeito-professor que se quer formar**

Um outro aspecto presente nos textos citados anteriormente é a preocupação em que o curso dê as condições necessárias ao aluno, durante o processo de formação, que ele seja motivado à pesquisa e que adquira autonomia o suficiente para proporcionar a si mesmo uma formação continuada, pensando no seu fazer docente. Como é possível constatar na citação a seguir:

O curso de graduação em Letras tem por objetivo produzir, promover e estimular pesquisa científica de excelência e o estudo crítico avançado nos domínios da linguagem, formando profissionais devidamente qualificados para o exercício plural do magistério, da pesquisa acadêmico-científica e das demais atividades relacionadas com a linguagem e com as literaturas. (PP –Unicamp, p. 1)

Para isso o curso deve formar o aluno “[...] capacitando-o para as atividades de ensino, pesquisa, visando a sua formação como agente produtor e não mero transmissor do conhecimento” (PP – UFPB, p. 4). Ou seja, à medida que o sujeito-aluno investe em si como futuro profissional, procurando estar atualizado com os novos paradigmas e teorias da sua área de conhecimento, ele está cuidando de si, no sentido de ser o melhor profissional possível, e isso, concomitantemente, é proporcionar o melhor de si para a prática docente, em favor do ensino, e conseqüentemente dos alunos, como é possível perceber na seguinte passagem:

Como há grande preocupação em intensificar a participação do aluno de graduação do IEL no seu próprio processo de formação, existem no currículo disciplinas de cunho prático, acompanhando as disciplinas de cunho teórico. (PP – Unicamp, p. 2)

É possível perceber que a Instituição apresenta uma preocupação desde já com uma formação que leve o aluno a participar “[...] no seu próprio processo de formação [...]”, criando, assim, uma autonomia como sujeito de ensino e de pesquisa, em outros termos, ou em termos foucaultianos, está-se pretendendo que o aluno promova, já no processo de formação, uma autogovernamentalidade. Em Foucault, segundo Candiotta (2010a), a governamentalidade como governo de si deve ser compreendida como um dispositivo disciplinar que se encarrega de controlar mentes, aspirações e desejos ao tempo em que os cria e os molda. É nesse sentido que aqui discutimos a fundamentação filosófico-ideológica dos PP, os quais procuram formar um profissional que:

Deverá ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino,

devem articular-se neste processo. (PP – UFPB, p. 4)

A imputação aos discentes de que eles devem estar atualizados com os discursos das ciências da linguagem, portanto, devem aceitar as verdades da Linguística e, conseqüentemente, os seus saberes. O foco do estudo deixa de ser a língua pela língua, ou a corroboração de que estudar a língua é ater-se aos estudos gramaticais tão somente, agora, motivados pelos estudos das várias correntes linguísticas, principalmente a funcionalista, o foco de estudo passa a ser principalmente a língua(gem). Essa vontade de verdade está presente no seguinte enunciado:

- domínio de diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades linguísticas existentes, bem como nos vários níveis e registros de linguagem;
- capacidade de compreender os fatos da língua e de conduzir investigações de língua e de linguagem que possam ser aplicadas a problemas de ensino e de aprendizagem de língua materna/estrangeira; (PP – UFPB, p. 5)

O discurso do PP vai na trilha dos jogos de verdade da formação discursiva da Linguística como contraponto, ou um contradiscurso, aos discursos da formação discursiva da gramática normativa tradicional. Aquela se colocando na posição de um saber científico emanado da academia, portanto, institucionalizado e legítimo, como o defende Foucault. Dentro do contexto do referido PP, pretende-se disciplinar o corpo docente e o discente no sentido de aceitarem as verdades da Linguística. Tendo isso em vista, o egresso do curso de Letras deve ter

- o domínio do uso da língua portuguesa em sua variedade padrão, bem como compreensão crítica das variedades lingüísticas, nas suas manifestações oral e escrita, nas perspectivas sincrônica e diacrônica;
- a compreensão crítica das condições de uso da linguagem, das restrições internas e externas das atividades discursivas, de seu uso e adequação em diferentes situações de comunicação, da capacidade de reflexão sobre a linguagem como um fenômeno semiológico, psicológico, social, político e histórico; (PP – UFMG, p. 7)

É possível perceber nesse enunciado as habilidades que o egresso do curso deve dominar. Ele deve ter e dominar uma compreensão de língua que está muito além do simples domínio de regras da GN, mas que esta não pode ser preterida, pelo contrário, deve-se ter pleno domínio da “variedade padrão”, porém deve-se ter também a “[...]compreensão crítica das variedades lingüísticas, nas suas manifestações oral e escrita, nas perspectivas sincrônica e diacrônica” e isso é estar em consonância com o discurso da Linguística, da formação discursiva científico-lingüística.

Está contido que tipo de profissional se quer formar e lançar no mercado de trabalho. Com isso já se delinea o perfil do professor de língua materna que se pretende. Essa ideia é destrinchada nos objetivos específicos do PP da UFS, que melhor detalham:

## **II. Específicos:**

- a) fornecer o conhecimento teórico-prático do idioma português, das literaturas de expressão portuguesa e suas respectivas literaturas, indispensável à formação do licenciado em Letras para o competente desempenho de suas tarefas de ensino e/ou pesquisa;

- b) habilitar professores de língua portuguesa para os níveis fundamental e médio, conscientes de seus deveres e responsabilidades sociopolíticas e culturais;
- c) fomentar o desenvolvimento de pesquisa de iniciação científica, em língua e literatura, materna, visando a produção e democratização de conhecimentos na área; (PP – UFS, p. 4)

No PP da UFS assim como nos demais PPs, até aqui analisados, o direcionamento filosófico-ideológico segue na mesma linha, em formar o profissional “[...] licenciado em Letras com habilidades para o competente desempenho de suas tarefas de ensino e/ou pesquisa”, ou seja, não foge ao objetivo de que a formação não se restrinja somente ao ensino, mas deve visar à pesquisa, visar à formação do professor-pesquisador ao “fomentar o desenvolvimento de pesquisa de iniciação científica, em língua e literatura, materna, visando a produção e democratização de conhecimentos na área.”

Em suma, há uma perspectiva nos PPs dos cursos de Letras de que a formação docente aí ofertada seja no sentido de formar profissionais que cuidem de si como profissionais para cuidarem dos outros à medida que se mantenha em formação continuada e com o espírito de um professor-pesquisador, como diz a citação última acima, “conscientes de seus deveres e responsabilidades sociopolíticas e culturais.”

### **Considerações finais**

Pretende-se formar um sujeito-professor “consciente” de que o ensino de língua materna vai além do ensino de regras da gramática normativa e, por isso, ele precisa “cuidar” de sua formação após egresso do curso, está atualizado com os estudos linguísticos e com as várias linguagens que permeiam a sociedade na qual está inserido. Esses apontamentos para diretrizes pretendidas aos egressos do curso são no sentido de “conscientizar” o futuro sujeito-professor de língua materna de que ele precisará estar sempre atualizado, que seja um professor-pesquisador, com autonomia para pensar em sua formação continuada. Em síntese, ao pensar em cuidar de sua formação, no sentido de melhorar a sua atuação profissional na prática docente, ou seja, cuidando de si como profissional (sujeito de ensino) estará cuidando dos outros enquanto alunos (sujeitos de aprendizagem). Em outras palavras, o que se quer/pretende é formar novos sujeitos de ensino de língua materna.

### **Referências**

**BRASIL.** Diretrizes curriculares para os cursos de letras. Parecer N.º: CNE/CES 492/2001

**BRASIL.** Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002.

CANDIOTTO, C. Foucault e a governamentalidade biopolítica. **Revista IHU on-line**, 324, Ano X, 12-04-2010a.

[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3127&secao=324](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3127&secao=324).  
Acessado em: 26/07/12

\_\_\_\_\_. A subjetivação ética como desgoverno biopolítico da vida humana. **Revista IHU on-line**, 344, Ano X, 21-10-2010b.

[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3520&secao=344](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3520&secao=344).  
Acessado em: 26/07/12

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

\_\_\_\_\_. Poder e verdade. In: **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007b. 1-14

\_\_\_\_\_. A governamentalidade. In: **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007c. p. 277-293

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. A vontade de saber. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a. p. 11-16

\_\_\_\_\_. Subjetividade e verdade. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b. p. 109-115

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007. p. VII- XXIII

**UFS**. Resolução 056/2007/CONEPE

---

&8432; Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ester Vieira de Sousa.

[1] As referências das citações dos textos do PP serão indicadas pelas siglas de cada instituição.